



ESE Torres Novas (texto)

À interrogação sobre o como vamos melhorar a educação nos próximos anos é preciso contrapor uma outra talvez mais extensiva, mais complexa, mais sinuosa e por isso mesmo fundacional que é aquela que nos interroga, não tão simplesmente, sobre o como melhorar a educação, mas sobre a verdadeira natureza da educação que queremos ter, sobre o(s) modelo(s) e o(s) paradigma(s) educativo(s) que queremos. Ficarmo-nos tão singelamente pela inquirição paliativa é ficar certamente ainda e de novo aquém da da construção sustentada e sustentável do futuro, do progresso, da civilização. A grande questão de fundo não é como melhorar, mas definitivamente definir planificadamente que caminho deve seguir a educação em Portugal, sem receio das vicissitudes do percurso. Transformar é preciso! ~

Estamos perante esse desafio que é compreender crítica e desmistificadamente a contemporaneidade educativa. É, no entanto, um desafio nem mais misterioso, nem mais difícil, nem talvez muito diferente dos desafios educativos de tempos anteriores porque não são, verdadeiramente, velhos problemas que se apresentam como uma novidade inadiável, quando afinal se trata de uma revisitação porque a reforma anterior não reformou, e não reformando não resolveu, e o desafio permanece noutras vestes.

Questionarmo-nos sobre o sentido que a escola assumidamente tem para as novas gerações e sobre os problemas que padece, bem como sobre outros balizamentos instituidores das formas de ser e de estar contemporâneo, podem certamente ser um bom ponto de partida para ajudar nesta interrogação que mais parece um desespero de causa que uma interrogação crítica. E, talvez por assim parecer, será eventualmente preciso que nos questionemos sobre a relação entre a escola e a família, sobre a indisciplina crescente que vai grassando em muitas escolas, sobre as denominadas não – aprendizagens, por nós, designadas comum e displicentemente, insucesso escolar, sobre as avaliações nas quais persistimos de modo autista numa imparável categorização dos alunos pelo saber que não têm e só raramente pelo saber que já construíram.

Pertinente será talvez também assumir que a ansiedade que colocamos na dúvida quase hiperbólica a respeito da melhoria futura da educação nos remete inapelavelmente para a crise da escola que é, por sua vez, o mióir da crise da modernidade, pelo que qualquer perspectiva de transformação da escola passa pela sua re-significação enquanto instituição social mediante a superação desse grande equívoco da assincronia épocal, soberbamente glosado por alguma pedagogia acutilante que afirma ser a escola uma instituição do século XIX, com professores formados no século XX a preparem alunos para o século XXI. Convenhamos nesta medida que urge transformar as formas de ser e de actuar da instituição escolar e ousar convertê-la numa rede de comunidades de aprendizagem, em estreita conexão com as redes sociais e os itinerários educativos que constituem e contextualizam a topia da cidade educadora.

A escola emerge como um manancial de possibilidades educativas, e nesse sentido, ambos os conceitos de comunidade de aprendizagem quanto o de

cidade educadora, ampliam a nossa compreensão de educação permitindo-nos reinventar a escola, a cidade e a comunidade como lugares de convivência, de diálogo, de aprendizagens permanentes na perspectiva de um aprofundamento da democracia e da afirmação das liberdades colocando-nos perante a necessidade de ver a educação para além da escola.

A educação das novas gerações é responsabilidade de todos os que coabitam no mesmo espaço, mas também em escala planetária. A partir dessa visão local e global, é necessário aprofundar a dimensão social e comunitária da educação, desenvolver as acções adequadas para melhorar a igualdade de oportunidades diante das mudanças tecnológicas, económicas, sociais, culturais e institucionais, adequar as diversas possibilidades de formação profissional às necessidades produtivas, promover uma cidadania activa, crítica, responsável e aberta à diversidade, formar para a cidadania através de uma utilização sustentável dos recursos promovendo um ecossistema urbano integrado que melhore a qualidade de vida das pessoas, capacitando-as para a inovação e a gestão do conhecimento nos domínios científico, cultural e tecnológico.

Importa também que reflectamos sobre os últimos 30 anos de políticas e opções educacionais em Portugal recheadas de reformas educativas feitas vertical e tecnocraticamente, sem que contudo nos adiantemos apressadamente a vituperar contra as mesmas, nem a endeusar as suas melhores intenções e os diagnósticos e soluções apresentadas; ainda assim, é importante que se diga que numa perspectiva estrutural fracassaram, na medida da legitimação pública que pareceram carecer sempre.

Mais que reformar importa transformar. E essa transformação não dispensa os actores e os actantes que nela devem estar permanente e umbilicalmente envolvidos: os professores. Não haverá como transformar a escola, promover a melhoria qualitativa da educação futuramente projectada promovendo em simultâneo a desprofessorização do sistema educativo. Mudar a educação requer participação activa e directa dos seus agentes. Um plano de acção nesse sentido é tão importante quanto aumentar os recursos públicos.

A transformação da escola deve apoiar-se na sociedade, através da criação de uma esfera pública de decisão não-estatal própria de uma democracia participada e sobretudo de uma democracia de cidadania(s). Para transformar a escola, não basta que a análise dos governantes e as soluções apontadas estejam supostamente correctas. A escola carece de transformação radical na era da informação. Precisa abandonar a concepção de educação entendida como serialização e repetição dos saberes da sociedade industrial, essa concepção de educação onde se vive e actua sob a canga do conhecimento servido, finamente, à fatia, acriticamente, para uma outra de natureza transdisciplinar própria da era da informação pós-industrial, da nova economia, onde predominam a autonomia e a aprendizagem colaborativa, onde todos podem intervir critica e reflexivamente. A escola necessita de passar de transmissora para gestora do conhecimento. Só o conhecimento partilhado é conhecimento válido. A educação é produção e reconstrução e não tanto transmissão e assimilação

de conhecimentos.

Este desafio de melhorar a educação para os próximos anos é, simultaneamente, cultural e estrutural. Implica mexer nas estruturas para mudar a escola. Mas é, também, preciso mexer nas relações sociais e humanas e numa cultura escolar que valoriza um determinado saber e despreza outro. A escola é, contemporaneamente, um domínio global de relações interculturais pelo que à sua reestruturação física deve associar-se a reestruturação espiritual e cultural.

As últimas três décadas de debates sobre o futuro da educação, pensamos, devem permitir-nos perceber a disrupção dos paradigmas clássicos, fundados numa visão industrialista, antropocêntrica e desenvolvimentista, pois falham na compreensão da realidade contemporânea não conseguindo explicar nem compreender as necessidades do porvir. Necessitamos de um outro paradigma, fundado numa visão sustentável. A globalização é, essencialmente, insustentável. Atribui primazia à vertente económico-financeira e só depois à humana, ainda assim, muitas das necessidades humanas a que atende surgem «humanadas» apenas porque foram produzidas como tais para servirem o Homo Economicus. Precisamos de uma pedagogia apropriada para a reconstrução paradigmática, apropriada à cultura da sustentabilidade fundada num paradigma educacional que deve propõe entre certamente muitas outras coisas uma educação para o pensar global.

Na era da informação, a velocidade a que o conhecimento se produz e reproduz reprodutivamente traduz-se numa curta semi-vida e num acelerado envelhecimento do que se julga conhecer, não adiantando por isso acumular conhecimentos. É preciso saber pensar. E pensar a realidade. Não pensar os pensamentos já pensados. Por outro lado tratando-se o ser humano do único ser vivente que se pergunta sobre o sentido de sua vida necessário será por certo promover também, uma educação que atribua significado ao sentir e ao ter sentido, para vivermos sensatamente cada instante da nossa vida. A nossa humanidade de humanos decorre também dessa dimensão do sentir (con)sentidos e não apenas da nossa natureza pensante.

Importante se tornará por isso promover no Homem uma certa identidade terrena como condição humana essencial na medida em que somos seres planetários cuja identidade é ao mesmo tempo individual e cósmica. Precisamos de formar para a consciência planetária. Compreender a nossa interdependência e cidadania planetária. Formar para a compreensão. Formar para a ética do género humano, não para a ética instrumental e utilitária do mercado. Educar para comunicar, para melhor compreender o outro. A inteligência não decorre simplesmente da nossa maior e melhor capacidade para resolver problemas decorre também de um projecto de vida solidário.

A pedagogia deve sobretudo ajudar-nos a ler o mundo. Essa primeira educação é uma educação emocional que nos coloca diante do mistério do universo, na intimidade com ele, produzindo a emoção de nos sentirmos parte desse sagrado ser vivo e em evolução permanente. Não entendemos o universo como partes separadas, entidades separadas, mas como um todo sagrado, misterioso, que nos desafia a cada momento de nossas vidas, em

evolução, em expansão, em interacção. Razão, emoção e intuição são partes desse processo, onde o próprio observador está implicado. A partir dele podemos reconceitualizar nosso currículo escolar. Ao construí-lo e ao cultivá-lo podemos aprender muitas coisas.

As nossas escolas devem talvez e metaforicamente transformar-se em jardins e em jardineiros os professores-alunos, educadores-educandos, pois nele aprenderemos importantes ideais democráticos como por exemplo a escolha, a responsabilidade, a decisão, a iniciativa, a igualdade, a diversidade, as cores, as classes, a etnicidade, o género. Vivemos na era da informação, mas não na era do conhecimento e da comunicação. As tecnologias da comunicação, por si só, não significam comunicação humanamente entendida. Necessitamos de uma "esfera pública cidadã" e de uma "ética pública cívica" ambas fundadas no pluralismo dialogal; na convivência autêntica; na construção colectiva e na mútua descoberta.

Será isto um ideal de educação? Talvez. Afinal, para educar é preciso utopizar. E só o educador utópico é suficientemente realista.